

**Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de
Guariba
Demonstrações Contábeis dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e o
Relatório dos Auditores Independentes**

De Ribeirão Preto (SP) para Guariba (SP), 23 de maio de 2024.

Ao

Sr. Provedor, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba

REF.: Relatório dos Auditores Independentes - exercício 2023

Encaminhamos em anexo o Relatório dos Auditores Independentes sobre o exame das
demonstrações contábeis referente ao exercício de 2023.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar uma via protocolada para nosso controle.

Agradecemos desde já a atenção dispensada e encontramos-nos a disposição de V.
Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Teorema Contabilidade SS Ltda.
CRC 2SP018705/O-6



Nicolau José Morato
Responsável Técnico
Contador CRC 1SP178147/O-0

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e o Relatório dos Auditores Independentes

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	2 a 4
--	-------

Demonstrações Contábeis

Ativo.....	5
Passivo.....	5
Demonstrações do Resultado do Exercício	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	09 a 30

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Provedor, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Conforme definição do parágrafo 6º do artigo 30 da Portaria 834 do Ministério da Saúde, as demonstrações contábeis auditadas representam a real situação patrimonial e financeira da entidade.

As demonstrações contábeis da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba** relativas ao exercício de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, cujo relatório datado de 20 de junho de 2023, não continha ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, planejamos e executamos procedimentos de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.


Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que poderia ser identificado durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 23 de maio de 2024.

Teorema Contabilidade SS Ltda.
CRC 2SP018705/O-6


Nicolau José Morato
Responsável Técnico
Contador CRC 1SP178147/O-0

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Misericórdia de Guariba

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro.

Em reais

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.148.182	3.543.728	Fornecedores	11	109.522	18.290
Títulos e Valores Mobiliários	5	-	250.109	Prestadores de serviços médicos	12	613.678	486.696
Contas a Receber	6	195.322	215.341	Empréstimos e financiamentos	13	93.306	145.448
Estoques	7	463.085	297.809	Salários e encargos sociais	14	710.224	544.196
				Provisões de férias e encargos sociais		690.899	518.409
				Indenizações Trabalhistas e Cíveis a Liquidar	15	207.582	232.117
				Obrigações Tributárias e Parcelamentos	16	414.123	391.994
				Recursos de Emendas a Realizar	17	-	250.000
				Obrigações diversas	18	118.402	43.070
				Total do passivo circulante		2.957.736	2.630.220
Total do ativo circulante		3.806.589	4.306.987				
Não circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e Financiamentos	13	-	93.305
Depósitos Judiciais	8	8.978	8.978	Indenizações Trabalhistas e Cíveis a Liquidar	15	134.687	293.787
Propriedade para Investimentos	9	1.927.341	2.840.275	Obrigações Tributárias e Parcelamentos	16	1.100.479	1.369.008
Imobilizado	10	1.005.570	936.637	Subvenções Governamentais a Realizar	17	409.534	460.558
Custo histórico e custo atribuído		3.508.993	3.241.789	Provisões para Contingências	19	1.870.079	2.630.392
(-) Depreciação acumulada		(2.503.422)	(2.305.152)	Total do passivo não circulante		3.514.778	4.847.051
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio Social		615.606	829.261
				Déficit/superavit acumulado		(339.642)	(213.655)
Total do ativo não circulante		2.941.890	3.785.890	Total do patrimônio Líquido	20	275.964	615.606
Total do Ativo		6.748.478	8.092.877	Total do passivo e patrimônio líquido		6.748.478	8.092.877

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais			
Subvenções e Incentivos Governamentais	21	15.891.251	12.988.483
Convênios de saúde privados		2.511.312	2.734.365
Receitas particulares		169.991	27.703
Sistema Único de Saúde		2.922.844	1.785.817
Outras receitas operacionais	22	153.385	305.733
(-) Devolução de Recursos	23	(1.586.998)	(76.683)
Glosas de convênios		(21.858)	(76.554)
		20.039.926	17.688.864
Custos e despesas operacionais			
Pessoal e encargos	24	(8.280.490)	(6.378.849)
Honorários e Serviços Médicos	25	(7.518.112)	(6.290.233)
Medicamentos, Materiais Hospitalares e Consumo		(2.256.675)	(1.912.782)
Depreciações e Amortizações		(198.271)	(176.302)
Outros custos gerais e administrativos	26	(1.997.185)	(1.102.593)
Despesas Patrimoniais	27	(912.934)	-
Provisões	19	(604.969)	(2.077.890)
Reversão das Provisões		1.170.113	-
Resultado operacional		(20.598.522)	(17.938.648)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(558.596)	(249.784)
Resultado financeiro líquido	28	218.954	36.130
Receita com Trabalhos Voluntários	29	122.925	117.105
(-) Despesas com Trabalhos Voluntários	29	(122.925)	(117.105)
Obrigações Fiscais	31	2.057.099	1.647.781
(-) Benefício Fiscal Usufruído	31	(2.057.099)	(1.647.781)
Déficit do exercício		(339.642)	(213.654)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2023	2022
Déficit do Exercício	(339.642)	(213.654)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	(339.642)	(213.654)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio	Superávit ou Déficit	
	Social	acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2021	(54.436)	883.695	829.259
Transferência para Patrimônio social	883.695	(883.695)	-
Déficit do exercício	-	(213.654)	(213.654)
Em 31 de dezembro de 2022	829.259	(213.654)	615.606
Transferência para Patrimônio social	(213.654)	213.654	-
Déficit do exercício	-	(339.642)	(339.642)
Em 31 de dezembro de 2023	615.606	(339.642)	275.964

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(339.642)	(213.654)
Depreciação e amortização	198.271	176.302
Baixa de Bens	912.934	-
Provisão para Contingências	(760.313)	2.082.890
Receita com Subvenção Governamental	-	(24.086)
Juros e Variações Monetárias, líquidos	-	219.346
(Aumento) diminuição nos ativos e passivos operacionais		
Títulos e Valores Mobiliários – Restritos	250.109	(250.109)
Contas a Receber - Serviços de Saúde	20.019	(48.377)
Estoques	(165.276)	114.365
Fornecedores	91.232	(145.781)
Prestadores de Serviços Médicos	126.982	-
Obrigações com Pessoal e Indenizações Trabalhistas	154.883	(570.447)
Obrigações Tributárias e Parcelamentos	(246.400)	(189.461)
Subvenções e Recursos de Emendas a Realizar	(301.024)	250.000
Outras Obrigações	75.332	(397.672)
	17.106	1.003.316
Juros Pagos	-	(51.475)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	17.106	951.841
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens Ativo Imobilizado	(267.204)	(51.872)
Alienações de Propriedades para Investimentos	-	1.990.275
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(267.204)	1.938.403
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos/Financiamentos – Captação	-	-
Empréstimos/Financiamentos – Pagamentos	(145.448)	(355.444)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	(145.448)	(355.444)
Aumento / (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(395.546)	2.534.800
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.543.728	1.008.928
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.148.182	3.543.728
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(395.546)	2.534.800

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba, fundada em 22 de novembro de 1922, é uma associação civil, beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos, imune de tributação, regendo-se por Estatuto Social e demais disposições legais. A Entidade tem por objeto principal estimular e praticar "obras de misericórdia", manter, administrar e desenvolver assistência médico-hospitalar e para hospitalares, que venha a criar ou receber em doação ou comodato, prestando assistência a enfermos ou acidentados, gratuitamente ou não, dentro dos parâmetros e proporções estabelecidos pela legislação, inclusive normativos aplicáveis ao Sistema Único de Saúde SUS; criar operadora de planos privado de assistência à saúde; promover atividades e finalidades de relevância pública e social. As atividades médico hospitalares estão sendo desenvolvidas em imóvel de propriedade de terceiro, por meio de Contrato Particular de Comodato celebrado, inicialmente em dezembro de 1986, aditivado até os dias atuais. Em 02 de agosto de 2021, o Contrato de Comodato foi firmado com a Prefeitura Municipal de Guariba, sendo renovado a cada 06 meses. Em janeiro de 2023, o contrato foi renovado até junho de 2023 (terceiro termo Aditivo), e em junho de 2023, o contrato foi renovado até dezembro de 2023 (quarto termo Aditivo). O prédio está localizado na Rua Nelo Petrini n. 1740 – Jardim Boa Vista, na cidade de Guariba, Estado de São Paulo.

Para honrar seus compromissos e manter a operação do Hospital, a Entidade, em anos anteriores, realizou a contratação de empréstimos, no entanto, no ano de 2023 não foi necessário.

A fim de buscar sustentabilidade financeira às Entidades filantrópicas o Estado de São Paulo, através do Decreto nº 67.905 de 28 de agosto de 2023, institui para o ano de 2024 a "Tabela SUS Paulista", e, com base nos valores apurados da Prestação de Serviços ao Sistema Único de Saúde no de 2023, a Entidade espera obter um incremento em sua receita na ordem de 6,50% ao mês, no ano de 2024.

Para cumprir com suas obrigações e atender as suas necessidades de caixa mantendo a sua atividade operacional, a Entidade utiliza-se de recursos provenientes da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, Incentivo a Contratualização, INTEGRASUS, Programa Cuidados Prolongados, Convênios não SUS e Particulares, e doações realizadas de pessoas físicas e jurídicas que se solidarizam com a Entidade.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Entidade, as projeções futuras de geração de

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.

2 Base de preparação das demonstrações

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76, o Pronunciamento Técnico PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, (CFC) e, em especial à Resolução CFC nº 1409/2012 - ITG 2002 (R!) – Entidade sem finalidade de lucros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 23 de maio de 2024 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Resumo das principais práticas

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (dinheiro em caixa e numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

3.2 Contas a receber

Referem-se a valores de curto prazo sobre atendimentos hospitalares. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade não tem a expectativa de outras perdas significativas.

3.3 Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e de almoxarifados. A provisão para perdas e obsolescência, quando aplicável, é constituída para itens de estoque sem expectativa de movimentação para cobrir prováveis perdas na sua realização.

3.4 Propriedade para Investimentos

A Irmandade é proprietária de imóveis mantidos para renda de aluguel e valorização e demonstrados ao valor justo com base nos preços de mercado. As variações no valor justo são reconhecidas como ganho ou perda na apuração do superávit (déficit), na rubrica "Outras Receitas (Despesas) Líquidas".

3.5 Imobilizado

Composto por terrenos, edificações, máquinas aparelhos e equipamentos, veículos, móveis e utensílios e imobilização em andamento, estão demonstrados ao valor de custo histórico e Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP). O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição ao ativo. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

3.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

3.7 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

3.8 Subvenções Governamentais e doação de bens

Os bens tangíveis recebidos pela Irmandade, por doações ou subvenções governamentais, são contabilizados de acordo com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Irmandade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e que reflitam os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como custos e despesas operacionais.

3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.13 Receita operacional

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência do exercício e são provenientes da prestação de serviços médico hospitalares a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS e Convênios Particulares. Outra fonte de receitas são as Doações recebidas por pessoas físicas e jurídicas, e de doações recebidas a título de Subvenção dos órgãos governamentais.

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

3.14 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.